

Catxerê
Transmissora
de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e Relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Catxerê Transmissora de Energia S.A.** (“**Catxerê**” ou “**Companhia**”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A Catxerê é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Cuiabá - no Estado de Mato Grosso.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	609,34
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi R\$ 77.222.252 (setenta e sete milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e cinquenta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 69.114.306 (sessenta e nove milhões, cento e quatorze mil e trezentos e seis reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	11,12	11,59
• Liquidez corrente	11,87	11,27
• Relação patrimônio líquido/ativo	91,00%	91,37%
• Relação passivo não circulante/ativo	7,71%	7,34%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	8,79%	7,85%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	9,09%	8,34%
Ativos totais - R\$	639.549.285	628.330.883
Lucro líquido do exercício – R\$	51.137.489	45.065.612

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.



Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em

integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina



do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Catxerê Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Catxerê Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Catxerê Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

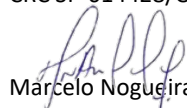
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.975.212	18.234.212
Concessionárias e permissionárias	6	7.261.968	6.688.554
Contas a receber - partes relacionadas	21	379.534	266.453
Adiantamento a fornecedores	7	145.261	2.174.993
Estoques	8	4.716.005	4.616.501
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		666.301	666.301
Outros impostos a recuperar		16.520	7.666
Ativos de contrato	9	58.956.228	56.215.472
Outros ativos circulantes		2.771.777	2.253.357
		97.888.806	91.123.509
Ativo não circulante			
Ativos de contrato	9	536.229.535	534.500.957
Outros ativos não circulantes	10	4.894.908	2.091.841
Imobilizado		419.689	498.938
Intangível		116.347	115.638
		541.660.479	537.207.374
Total do ativo		639.549.285	628.330.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		440.406	435.991
Fornecedores - partes relacionadas	21	2.136.672	2.927.086
Imposto de renda e contribuição social a pagar		644.784	483.300
Outros impostos a pagar		573.572	498.378
Taxas regulamentares	11	3.066.517	2.532.352
Dividendos propostos	15	485.806	428.124
Obrigações sociais e trabalhistas		899.130	781.953
		8.246.887	8.087.184
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental	12	4.340.224	4.290.828
Provisão para contingências	13	4.894.908	2.091.840
Impostos diferidos	14	40.056.002	39.755.216
		49.291.134	46.137.884
Patrimônio líquido	15		
Capital social		409.948.233	409.948.233
Retenção de lucros		152.950.251	147.601.676
Reserva legal		19.112.780	16.555.906
		582.011.264	574.105.815
Total do passivo e patrimônio líquido		639.549.285	628.330.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	72.584.423	68.033.889
Custo de operação	17	<u>(12.611.207)</u>	<u>(12.754.899)</u>
Lucro bruto		59.973.216	55.278.990
Despesas gerais e administrativas	18	(6.416.358)	(6.736.188)
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas		<u>(638.697)</u>	<u>(645.689)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		52.918.161	47.897.113
Resultado financeiro	19	<u>1.290.879</u>	<u>(229.299)</u>
Receita financeira		2.294.248	966.487
Despesa financeira		<u>(1.003.369)</u>	<u>(1.195.786)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		54.209.040	47.667.814
IRPJ e CSLL correntes	20	(2.933.896)	(2.454.690)
IRPJ e CSLL diferidos	20	<u>(137.655)</u>	<u>(147.512)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>51.137.489</u></u>	<u><u>45.065.612</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	51.137.489	45.065.612
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>51.137.489</u>	<u>45.065.612</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	409.948.233	14.302.626	141.013.461	-	565.264.320
Lucro líquido do exercício	-	-	-	45.065.612	45.065.612
Constituição de reserva legal (nota explicativa 15)	-	2.253.280	-	(2.253.280)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 15)	-	-	42.384.208	(42.384.208)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(428.124)	(428.124)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(35.795.993)	-	(35.795.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	409.948.233	16.555.906	147.601.676	-	574.105.815
Lucro líquido do exercício	-	-	-	51.137.489	51.137.489
Constituição de reserva legal (nota explicativa 15)	-	2.556.874	-	(2.556.874)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 15)	-	-	48.094.809	(48.094.809)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(485.806)	(485.806)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(42.746.234)	-	(42.746.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	409.948.233	19.112.780	152.950.251	-	582.011.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		54.209.040	47.667.814
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		79.467	79.273
Provisão para perda de crédito esperada	6	360.267	(74.834)
Provisão para contingências	13	2.803.068	(246.712)
Outras provisões - compensação ambiental		49.396	1.074.760
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(933.681)	1.991.107
Contas a receber - partes relacionadas		(113.081)	204.706
Ativo de contrato	9	(4.469.334)	(4.789.349)
Estoques		(99.504)	124.589
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	380.977
Outros impostos a recuperar		(8.854)	-
Adiantamentos a fornecedores		2.029.732	2.164.484
Outros ativos		(3.321.488)	(580.202)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores e partes relacionadas		(785.999)	(1.785.335)
Tributos e contribuições sociais		2.320.579	2.314.271
Taxas regulamentares		534.165	90.556
Outros passivos		117.177	73.954
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		52.770.950	48.690.059
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.130.515)	(1.914.616)
Outros impostos pagos		(2.724.151)	(2.729.792)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		47.916.284	44.045.651
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(926)	(907)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(926)	(907)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	15	(43.174.358)	(36.292.465)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(43.174.358)	(36.292.465)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		4.741.000	7.752.279
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.234.212	10.481.933
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		22.975.212	18.234.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Informações gerais

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Catxerê” e/ou “Companhia”) é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas na cidade de Rondonópolis – Mato Grosso e na cidade de Rio Verde - Goiás.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 26 de novembro de 2008 o Consórcio constituído pelos acionistas na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica.

No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o contrato de concessão nº 11/2009 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas nos Estados de Mato Grosso e Goiás:

- (i) Linha de Transmissão em 500kV, circuito simples com extensão aproximada de 364 km, com origem na subestação Cuiabá e término na subestação Ribeirãozinho, ambas localizadas no Estado de Mato Grosso, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 367 km devido à características do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples com extensão aproximada de 242 km com origem na subestação Ribeirãozinho no estado de Mato Grosso e término na subestação Rio Verde Norte, no Estado de Goiás, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 242 km devido à características do local em que a linha foi implantada.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 35.447.808 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais) (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 63.955.427 (sessenta e três milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e sete reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 69.114.306 (sessenta e nove milhões, cento e quatorze mil e trezentos e seis reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 77.222.252 (setenta e sete milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e cinquenta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação

do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço.

O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados,

se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e

12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo

é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);

- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	364
Bancos	187.989	383.432
Aplicações financeiras (i)	22.787.223	17.850.416
	22.975.212	18.234.212

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,82% do CDI em 2022 e de 100,55% do CDI em 2021 .

- (i) Apesar de maiores pagamentos de dividendos para a controladora SGBH em 2022, variação positiva refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação) e aumento da receita financeira em função do aumento do CDI.

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer (i)	6.842.900	6.316.999
Vencidas até 30 dias	11.392	4.864
Vencidas até 60 dias	3.450	357
Vencidas até 90 dias	6.627	488
Vencidas acima de 90 dias (ii)	874.920	482.900
	7.739.289	6.805.608
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(477.321)	(117.054)
	7.261.968	6.688.554

- (i) Variação refere-se substancialmente no aumento da RAP em 2022 com vencimento em janeiro/23.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de

crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(117.054)	(191.888)
Reversão	39.555	117.822
Adição (ii)	<u>(399.822)</u>	<u>(42.988)</u>
Saldo final	<u>(477.321)</u>	<u>(117.054)</u>

(ii) Variação refere-se substancialmente no AVC complementar das empresas do grupo Quinturará ainda não recebido.

7 Adiantamento a fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores relacionados à construção (i)	-	2.095.856
Gastos ambientais e fundiários	81.326	12.278
Prestadores de serviços	11.539	11.539
Outros	<u>52.396</u>	<u>55.320</u>
	<u>145.261</u>	<u>2.174.993</u>

(i) Variação refere-se à baixa de adiantamento referente ao pagamento de impostos, multas e juros das notas fiscais do projeto de Rio Verde Norte em 2022.

8 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>4.716.005</u>	<u>4.616.501</u>
	<u>4.716.005</u>	<u>4.616.501</u>

(i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

9 Ativos de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	58.956.228	56.215.472
Não circulante	<u>536.229.535</u>	<u>534.500.957</u>
	<u>595.185.763</u>	<u>590.716.429</u>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	585.927.080
Receita de O&M (i)	16.939.032

Receita de remuneração (ii)	60.194.691
Recebimentos (iii)	<u>(72.344.374)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>590.716.429</u>
Circulante	56.215.472
Não circulante	534.500.957
Saldo em 31 de dezembro de 2021	590.716.429
Receita de O&M (i)	17.418.743
Receita de remuneração (ii)	60.706.431
Recebimentos (iii)	<u>(73.655.840)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>595.185.763</u>
Circulante	58.956.228
Não circulante	536.229.535

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção;
- (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração;
- (iii) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10 Outros ativos não circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Reembolsos (i)	4.894.908	2.091.840
	4.894.908	2.091.840

- (i) Valor refere-se principalmente ao processo ambiental 02013.000937/2012-11 – IBAMA, pagos pela Companhia de responsabilidade dos sellers, que se discute multa por descumprimento de condicionantes ambientais. Atualmente a Companhia aguarda notificação do Grupo Nacional de Preparação para apresentar alegações finais e se manifestar sobre o Relatório de Análise Instrutória Complementar.

11 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(249.681)	(262.933)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	161.716	159.027
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	3.154.482	2.636.258
	3.066.517	2.532.352

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 153.497 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei nº 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 285.371 (duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e um reais).

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

12 Provisão de compensação ambiental

A provisão de compensação ambiental da companhia está dividida entre as seguintes unidades de conservação:

	31/12/2022	31/12/2021
Parque Nacional Chapada dos Guimarães	2.455.279	2.642.381
Parque Nacional das Emas	1.178.090	1.112.442
Parque Estadual Paraúna	235.618	178.668
Parque Estadual das Águas Quentes	471.237	357.337
	4.340.224	4.290.828
	4.340.224	4.290.828

13 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, ambientais e servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	7.491	7.491
Ambientais	4.803.068	2.000.000
Servidões	84.349	84.349
	4.894.908	2.091.840
	4.894.908	2.091.840

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.491	2.000.000	84.349	2.091.840
Atualizações monetárias (i)	-	2.803.068	-	2.803.068
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.491	4.803.068	84.349	4.894.908
	Trabalhistas	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	2.200.000	138.552	2.338.552
Adições e reversões, líquidas (ii)	7.491	(200.000)	(54.203)	(246.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.491	2.000.000	84.349	2.091.840

- (i) Variação refere-se a atualização monetária do processo ambiental 02013.000937/2012-11 – IBAMA, que se discute multa por descumprimento de condicionantes ambientais. Atualmente a Companhia aguarda notificação do Grupo Nacional de Preparação para apresentar alegações finais e se manifestar sobre o Relatório de Análise Instrutória Complementar.

- (ii) Os valores de risco trabalhistas são referentes ao processo judicial 0011731-06.2013.5.01.0221 – H.P.S, trata-se de que discute o pagamento de verbas rescisórias, processo já sentenciado com decisão parcialmente favorável a Companhia e atualmente em fase recursal. Os valores de risco ambiental são referentes ao processo 02013.000937/2012-11 – IBAMA, que discute a aplicação de multa por supostos descumprimentos de condicionantes ambientais, processo em curso. Os valores de risco envolvidos em processos de servidão são referentes ao processo em curso na comarca de Guiratinga no Estado do Mato Grosso 0001369-70.2010.8.11.0010 –O. D.A.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões, trabalhistas e fiscais, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (i)	3.055.109	1.940.304
Ambientais (ii)	4.339.381	-
Servidões (iii)	16.501	40.677
Fiscais (iv)	34.434.242	31.611.974
	41.845.233	33.592.955

- (i) Processos cíveis: Refere-se a ação judicial objeto do Processo nº 0421708-19.2012.8.19.0001, do Estado do Rio de Janeiro, na qual se discute danos materiais e lucros cessantes, apesar da sentença parcialmente desfavorável à Companhia, o escritório acredita que exista boa possibilidade de reversão em segunda instância. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso apresentado.
- (ii) Processos ambientais: Os valores são referentes a ação anulatória 5030503-75.2022.4.02.5101 –IBAMA que pretende obter uma decisão que reconheça a prescrição intercorrente no processo Adm. nº 02013.000937/2012-11. Processo atualmente encontra-se em fase de produção de provas.
- (iii) Servidões: Os valores são referentes ao processo 0000296-12.2011.8.11.0048 –D.G.J que trata sobre constituição de servidão administrativa para passagem de linha de transmissão de energia. A reversão dos valores se deve a apresentação de resposta por parte do perito judicial nomeado que reconheceu os argumentos apresentados pela Companhia e revisou os valores apontados na pericia judicial. Processo em fase avançada aguardando a sentença de primeira instância.
- (iv) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos. Os principais casos são os seguintes: processos nº 15586.720046/2020-34 e 15586.720.047/2020-89. A variação de exposição se deve principalmente ao aumento de exposição de risco provável dos processos mencionados. Ambos são autos de infração lavados pela Receita Federal relacionados ao recolhimento de IRPJ e CSLL, que somados tiveram um aumento de exposição de risco possível. Os processos estão em tramite aguardando o julgamento de recursos.

14 Impostos diferidos passivos

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos	18.331.721	18.194.066
IR Diferido	11.903.715	11.814.329
CSLL Diferido	6.428.006	6.379.737
Pis e Cofins diferidos	21.724.281	21.561.150
Pis Diferido	3.868.707	3.839.657
Cofins Diferido	17.855.574	17.721.493
	40.056.002	39.755.216

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 409.948.233 (quatrocentos e nove milhões, novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e três reais) dividido em 409.948.233 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100,00%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	51.137.489	45.065.612
Reserva legal (5%)	(2.556.874)	(2.253.280)
Base de cálculo para os dividendos	48.580.615	42.812.332
Dividendo mínimo obrigatório	485.806	428.124

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 30.795.993,21 (trinta milhões, setecentos e noventa e cinco mil novecentos e noventa e três reais e vinte e um centavos). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020 foram pagos em 30 de agosto de 2021 totalizando R\$ 31.292.465 (trinta e um milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 42.746.234 (quarenta e dois milhões, setecentos e quarenta e seis mil e duzentos e trinta e quatro reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2021 foram pagos ao longo do exercício de 2022 totalizando R\$ 43.174.358 (quarenta e três milhões, cento e setenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e oito reais)

16 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	<u>78.152.176</u>	<u>73.421.933</u>
Receita de operação e manutenção (i)	17.418.743	16.939.032
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	60.706.431	60.194.691
Outras receitas (iii)	27.002	(3.711.790)
Deduções da receita operacional	<u>(5.567.753)</u>	<u>(5.388.044)</u>
Pis e Cofins correntes	(2.690.153)	(2.505.090)
Pis e Cofins diferidos	(163.131)	(174.811)
RGR	(1.762.447)	(1.825.967)
P&D	(682.782)	(634.193)
TFSEE	<u>(269.240)</u>	<u>(247.983)</u>
	<u><u>72.584.423</u></u>	<u><u>68.033.889</u></u>

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção;
- (ii) Aumento devido a variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração;
- (iii) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IPCA apresentou uma tendência de queda em 2022 quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou à patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção.

17 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(7.146.215)	(7.295.527)
Material (i)	(1.179.154)	(681.716)
Serviços de terceiros	(1.160.419)	(1.275.654)
Seguros	(147.166)	(128.753)
Custo de operação e manutenção (ii)	(926.192)	(2.579.817)
Tributos (iii)	(1.175.964)	(5.761)
Outras	<u>(876.097)</u>	<u>(787.671)</u>
	<u><u>(12.611.207)</u></u>	<u><u>(12.754.899)</u></u>

- (i) Variação refere-se substancialmente nas contas de rateio 699 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022 no valor de R\$ 270.374 (duzentos e setenta mil, trezentos e setenta e quatro reais) e de ajuste de itens obsoletos no valor de R\$ 266.823 (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e três reais)

- (ii) Variação refere-se substancialmente ao encerramento do projeto de melhoria de substituição de corrente contínua.
- (iii) Variação refere-se substancialmente nos impostos de importação das notas fiscais do projeto Rio Verde Norte. Projeto foi baixado no exercício de 2022 .

18 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(4.656.010)	(5.451.632)
Serviços de terceiros	(755.338)	(706.291)
Arrendamentos e aluguéis	(175.138)	(156.035)
Provisão/reversão (ii)	(360.266)	35.607
Tributos	(7.180)	(10.739)
Depreciação e amortização	(19.285)	(19.092)
Outras	(443.141)	(428.006)
	(6.416.358)	(6.736.188)

- (i) Variação refere-se substancialmente ao rateio 699 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022.
- (ii) Aumento na Provisão para perda de crédito esperada devido ao não recebimento das empresas do grupo Quinturará.

19 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	2.294.248	966.487
Receitas de aplicações financeiras (i)	2.251.617	802.186
Outras receitas financeiras	42.631	164.301
Despesa financeira	(1.003.369)	(1.195.786)
Atualização monetária compensação ambiental (ii)	(49.396)	(1.074.760)
Multas e acréscimos moratórios (iii)	(474.203)	(3.952)
Variações monetárias (iii)	(102.945)	-
Ajuste Selic projeto P&D (iv)	(356.149)	(112.082)
Outras despesas financeiras	(20.676)	(4.992)
	1.290.879	(229.299)

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de caixa, conforme mencionado na nota explicativa 5.
- (ii) Variação refere-se substancialmente à mudança de atualização monetária de acordo com o TCCA do ICMBio de abril/21 alterando as taxas de IPCA-E para SELIC em 2021.
- (iii) Variação refere-se a multas, juros e atualização monetária de impostos s/ importação das NF's do projeto Rio Verde.
- (iv) No exercício de 2021 foram efetuados pagamentos conforme resolução normativa 929 de 30 de março de 2021. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações de Selic do ano.

20 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	<u>73.702.841</u>	<u>68.632.583</u>
Base de cálculo (8%)	5.896.227	5.490.607
Outras receitas	<u>2.023.086</u>	<u>1.072.961</u>
Base de cálculo	7.919.313	6.563.568
IR devido	(1.955.828)	(1.616.892)
(+) IR diferido / Outros	<u>(89.387)</u>	<u>(95.787)</u>
Total de IRPJ	<u>(2.045.215)</u>	<u>(1.712.679)</u>
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	<u>73.702.841</u>	<u>68.632.583</u>
Base de cálculo (12%)	8.844.341	8.235.910
Outras receitas	<u>2.023.086</u>	<u>1.072.961</u>
Base de cálculo	10.867.427	9.308.871
CSLL devida	(978.068)	(837.798)
(+) CSLL diferido / Outros	<u>(48.268)</u>	<u>(51.725)</u>
Total de CSLL	<u>(1.026.336)</u>	<u>(889.523)</u>
Total de IRPJ/CSLL	(3.071.551)	(2.602.202)
Total IRPJ/CSLL corrente	<u>(2.933.896)</u>	<u>(2.454.690)</u>
Total IRPJ/CSLL diferido	<u>(137.655)</u>	<u>(147.512)</u>

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

21 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

21.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	<u>379.534</u>	<u>266.453</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	379.534	266.453

21.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	<u>2.136.672</u>	<u>2.927.086</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.136.672	2.927.086

21.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<u>(9.084.071)</u>	<u>(10.343.920)</u>
Despesa aluguel (ii)	(155.154)	(131.322)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(8.896.661)	(10.212.598)
Serviço de engenharia SGSE (iii)	(32.256)	-

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

21.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	504.139	626.460
Benefícios diretos e indiretos	88.522	132.173
Encargos	300.359	350.616
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>407.654</u>	<u>433.033</u>
Valor total da remuneração	<u>1.300.674</u>	<u>1.542.282</u>

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 22.1, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.975.212	18.234.212
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	21	379.534	266.453
Concessionárias e permissionárias	6	7.261.968	6.688.554
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores – terceiros		440.406	435.991
Fornecedores - partes relacionadas	21	2.136.672	2.927.086

22.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	22.975.212	18.234.212
Contas a receber – partes relacionadas	379.534	266.453
Concessionária e Permissionárias	7.261.968	6.688.554

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco Civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco Operacional	167.362.214	167.362.214
Veículos	Carros	<u>479.221</u>	<u>465.202</u>
		<u>187.841.435</u>	<u>187.827.416</u>

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2